



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

CLIPPING IMPRESSO

02/06/2017

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	1
1.2. PRESIDÊNCIA.....	2
2. JORNAL CORREIO POPULAR	
2.1. VARA DA MULHER.....	3
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. COMARCAS.....	4
3.2. CONVÊNIOS.....	5 - 6
3.3. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	7
3.4. VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	8
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. ESMAM.....	9
4.2. JUÍZES.....	10
4.3. PRESIDÊNCIA.....	11
5. JORNAL O IMPARCIAL	
5.1. DECISÕES.....	12
5.2. PUBLICIDADE LEGAL.....	13 - 14
6. JORNAL O PROGRESSO	
6.1. JUÍZES.....	15
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. COMARCAS.....	16
7.2. PRESIDÊNCIA.....	17

Instituições utilizarão plataforma digital para solução de conflitos

O Tribunal de Justiça do Maranhão, a Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular, a Federação dos Municípios do Maranhão, a Vale e a Companhia Energética do Maranhão assinaram, nesta quarta-feira (31), Termo de Cooperação para viabilizar a conciliação, com a utilização de plataforma digital em São Luís e nos municípios do interior do Estado.

O presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, ressaltou a importância do uso dos meios virtuais de solução de conflitos. “Precisamos ter consciência de que com a conciliação e a mediação, todos saem ganhando”, ressaltou. Além do desembargador Cleones Cunha, participaram do ato de assinatura o presidente da

Federação dos Municípios do Maranhão, Cleomar Tema, o secretário-adjunto da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular, Jonata Carvalho Galvão Silva, o gerente jurídico da Companhia Energética do Maranhão (Cemar), Davi Abdala Pires Alves, os gerentes jurídicos da Vale, Rômulo Nelson e Dimitri Alves, e a juíza auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Sara Gama.

O presidente do Núcleo de Solução de Conflitos, desembargador José Luiz Almeida, agradeceu a participação dos parceiros envolvidos no projeto. “Temos reafirmado o alcance e a dimensão dessa iniciativa que tem aberto portas para toda a sociedade”, afirmou o desembargador, ressaltando

a necessidade de conjugação de forças de agentes públicos e privados no projeto.

O secretário-adjunto da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular, Jonata Carvalho Galvão Silva, frisou que, através dos meios virtuais de solução de conflitos, poderão ser resolvidas diversas causas sociais em todo o Estado, inclusive aquelas ligadas aos direitos humanos.

Durante a solenidade, foi transmitido um vídeo sobre a solução de conflitos por meio dos métodos alternativos de conciliação e mediação, produzido sob a orientação e coordenação do Núcleo de Solução de Conflitos.

COOPERAÇÃO – A parceria firmada entre as instituições deflagrará as autorizações, objetivando a realização de campanhas junto

aos consumidores e o estabelecimento de parcerias com empresas privadas e instituições públicas, visando à adoção da política de conciliação virtual.

A medida possibilitará aos consumidores a negociação de dívidas diretamente com a empresa, de forma eletrônica, por meio das plataformas públicas de solução de conflitos “consumidor.gov.br” e “mediacaodigital”, sistemas disponibilizados, respectivamente, pelo Ministério da Justiça e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Será dada atenção especial aos municípios que integram o Plano de Ações Mais IDH – política de governo instituída com vistas à melhoria da qualidade de vida da população, superando as desigualdades sociais nos meios urbano e rural.

TRE comunica ao TJMA vacância do cargo de membro substituto da Corte Eleitoral

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE), desembargador Raimundo Barros, comunicou oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, a vacância do cargo de membro substituto, 'Categoria Desembargador', na Corte Eleitoral do Estado.

A vacância do cargo se deu em razão da posse do desembargador Ricardo Duailibe no cargo de presidente do TRE, no dia 23 de fevereiro deste ano.

Na mesma data, ocorreu também a posse



do desembargador Raimundo Barros na presidência da Corte Eleitoral, em decorrência do encerramento do biênio do desembargador Lourival

Serejo, como membro efetivo, 'Categoria Desembargador'.

Barros já atuava no TRE desde dezembro de 2015 e ascendeu à Presi-

dência sem eleição, após Duailibe anunciar que não tinha interesse em concorrer ao cargo, conforme regimento interno do Tribunal.

Lançado projeto 'Quem Ama Abraça'

Ações visam conscientizar o combate à violência doméstica

Com o objetivo de combater a violência contra a mulher, foi lançado o projeto "Quem Ama Abraça", no auditório da Unidade Regional de Educação (UREI). A iniciativa faz parte dos Planos Nacional e Estadual de Políticas para Mulheres, em parceria com o município, para a formação de professores. Após a solenidade, foi dado início aos exercícios de capacitações aos profissionais das escolas Mourão Rangel e Pedro Abreu, que irão trabalhar o tema nas unidades de ensino.

Presentes, o vice-prefeito de Imperatriz, Alex Rocha; a juíza da Vara da Mulher, Ana Paula Araújo; a representante da Secretaria Estadual da Mulher, Márcia Rodrigues, a coordenadora do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), Sueli Brito, e outros convidados.

A pedagoga do CRAM, Josileia Rodrigues, fez palestra sobre "A escola pelo fim da violência". Ela destacou ações da Secretaria da Mulher dentro das escolas mu-

nicipais, para identificar a violência doméstica a partir de conversas com os jovens, e incentivar o relacionamento saudável, com base no respeito, seja em ambiente familiar ou social.

O professor do ensino médio, Artur Nogueira, do Centro de Ensino Mourão Rangel, afirma que dentro da escola o cidadão tem a primeira formação. "Essa iniciativa fomentará uma educação para a vida. O que se quer é mostrar aos alunos que a violência pode vir antes da agressão física, pode ser percebida numa fala, em brincadeiras e até em gestos", reforçou.

Alex Rocha enfatizou a importância de utilizar diversas ferramentas para denúncias. "É necessário que se combata esse tipo de violência, com posicionamento e informações em defesa das mulheres, por isso, é importante utilizarmos artifícios de enfrentamento e assim multiplicarmos projetos como este", destacou. **(Assessoria)**

Soldado suspeito do sumiço de PMs se apresenta

Glaydstone de Sousa se junta ao tenente Josuel e o soldado Tiago Viana, que já estavam presos

O soldado Glaydstone de Sousa Alves se apresentou ontem, na sede do Comando Geral da Polícia Militar, no Calhau. O militar, em companhia do tenente Josuel Alves de Aguiar e do soldado Tiago Viana Gonçalves, são apontados como envolvidos no desaparecimento do cabo Júlio César da Luz Pereira e do soldado Carlos Alberto Constantino, ocorrido no dia 17 de novembro do ano passado, na cidade de Buriticupu. O trio ainda é acusado de fazer parte de uma organização criminosa que teria cometido crimes

de extorsão, ameaças, apropriação indébita e roubo na região de Buriticupu.

O soldado Glaydstone foi ao quartel acompanhado de seu advogado, mas ficou preso, já que havia uma ordem judicial de prisão expedida pela Justiça Militar. Caso o soldado não se apresentasse no quartel no prazo de cinco dias, seria considerado desertor militar. O tenente Josuel e o soldado Viana estão presos desde o dia 30.

Por meio da testemunha Aceval de Melo, o Dal, a polícia conseguiu chegar a um dos envolvidos. Aceval declarou que no dia do fato o tenente Josuel teria ligado para o celular de Alberto, convidando-o para irem buscar um caminhão e um trator. Ele informou, também, que antes do desaparecimento do soldado Alberto e do cabo Júlio teria visto os militares em um veículo Tri-

ton, em companhia do tenente Josuel e dos soldados Viana e Gladstone. A testemunha chegou a ir ao quartel de Buriticupu pedir informações sobre os militares desaparecidos, mas acabou ameaçado pelos suspeitos.

Leonardo Diniz também declarou que durante as investigações foi apreendido o chip utilizado pelo tenente Josuel na ligação para o celular do soldado Alberto. Esse chip foi localizado com um mototaxista de Buriticupu. A polícia ainda constatou que os policiais desaparecidos teriam cometido ações ilegais em Buriticupu, assim como o tenente Josuel e os soldados Viana e Gladstone.

Ainda em fevereiro deste ano, a polícia solicitou a prisão dos suspeitos, mas o juiz da Comarca de Buriticupu, nome não revelado, considerou que esse crime teria sido cometido por militares e deveria ser julgado pela Justiça Militar. O mandado de prisão dos acusados somente foi expedido pela Justiça Militar no último dia 30. ●

Divulgação



Soldado Glaydstone de Sousa se apresentou na PM e ficou preso

Campanha “Maranhão contra as Drogas” em três cidades

Ministério Público amplia seu papel no combate às drogas, investindo na prevenção, com palestras e discussões, principalmente a estudantes; atividades foram lançadas em Itinga, Buriticupu e Bom Jesus das Selvas esta semana

Divulgação

ITINGA

O Ministério Público do Maranhão lançou, esta semana, a Campanha “Maranhão contra as Drogas”, nos municípios de Itinga, Buriticupu e Bom Jesus das Selvas. A ação, coordenada pela titular da 6ª Promotoria de Justiça de Açailândia, Sandra Fagundes Garcia, teve a presença de autoridades do Judiciário, Legislativo, Executivo, Polícia Militar e Defensoria Pública e ampla participação da comunidade.

Em Itinga, o lançamento ocorreu no dia 31 de maio, no Centro de Ensino Médio José Neves de Oliveira. Participaram da solenidade representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário locais.

A titular da Promotoria de Justiça de Itinga, Nara Thamyres Brito Guimarães, relata que frequentemente recebe pais e familiares de usuários de drogas, que pedem ajuda para resolver o problema. A promotora diz que o MPMA está buscando ampliar o seu papel no combate às drogas, investindo na prevenção. “O Ministério Público estará sempre de portas abertas para receber as pessoas que precisam de ajuda. Por isso, estamos aqui hoje: para trabalhar com a educação, para falar sobre a importância da prevenção, evitando que muitos jovens comecem o ciclo da droga.”

Buriticupu e Bom Jesus das Selvas

Em Buriticupu, o lançamento ocorreu no dia 29 de maio, pela manhã, na Câmara de Vereadores.



Campanha Maranhão contra as Drogas foi lançada no Centro de Ensino Médio José Neves de Oliveira, em Itinga

SAIBA MAIS

De acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com estudantes concludentes do 9º ano em escolas públicas e privadas de todo o país, o percentual de jovens que usaram drogas ilícitas subiu de 7,3% para 9% entre 2012 e 2015. Já a taxa de adolescentes que já consumiram álcool subiu de 50,3% para 55,5% no mesmo período.

Em Bom Jesus das Selvas, o evento foi realizado à tarde, no Ginásio Poliesportivo Manoel dos Santos Gonçalves. Com a inclusão das duas cidades, já são 26 municípios do Maranhão que aderiram à campanha. A meta é que, em um ano, 100 municípios estejam en-

volvidos no projeto.

Durante a solenidade, a promotora de Justiça Sandra Fagundes esclareceu que os objetivos da iniciativa incluem a criação e aprovação de leis que criem fundos e conselhos municipais para discutir e fomentar a prevenção às drogas nos municípios.

“Na maioria dos júris que fazemos, os réus estão ali porque se envolveram de alguma forma com drogas. Por isso, é preciso captar recursos e mobilizar ações junto com a sociedade para reverter este quadro”, enfatizou a promotora.

Desde o ano passado, a representante do MPMA desenvolve um projeto chamado “Quem escolhe seu caminho: você ou as drogas?”, concebido pela titular da 11ª Promotoria de Justiça de Substituição Plena da Capital, Cristiane Lago.

O projeto consiste em ministrar

palestras a alunos da rede pública de ensino sobre os efeitos causados pelas drogas. Após as palestras, os alunos produzem redações sobre a temática e participam de um concurso que distribui diversos prêmios.

Prevenção

Na ocasião, a coordenadora da Co-

As drogas não causam mal só aos usuários

missão Externa sobre o Consumo de Drogas entre Jovens no Brasil, deputada federal Eliziane Gama, chamou a atenção dos jovens e crianças para os efeitos da droga. Segundo ela, mais da metade de prisioneiros de Pedrinhas têm en-

volvimento com drogas.

Ainda de acordo com ela, o objetivo da campanha é mostrar os males que a droga traz e evitar que mais jovens entrem nesse caminho. “A droga mata pelo consumo ou pelo envolvimento no mundo do crime. Temos que acabar com esse ciclo e, por isso, devemos trabalhar com educação preventiva”, ressaltou a deputada.

O promotor de Justiça de Buriticupu, Peterson Armando Azevedo, lamentou que a cidade de Buriticupu não esteja fora da realidade do consumo de drogas e que já há uma ‘cracolândia’ no município. Ele ressaltou que as drogas não causam mal só aos usuários, mas atingem também familiares e amigos.

“Nós vamos reforçar o compromisso do Ministério Público no combate ao tráfico e na prevenção ao consumo de drogas e envolver todas as esferas possíveis neste trabalho”, concluiu.

De acordo com a intérprete de Libras Adriane Elói, o consumo de drogas está começando em Bom Jesus das Selvas, e o projeto é uma

grande oportunidade para o município. “É importante esse trabalho de prevenção, fazendo com que os jovens conheçam os efeitos das drogas. Isso ajuda também os pais, que, muitas vezes, não conseguem lidar com isso sozinhos”, considera.

Campanha

A Campanha “Maranhão contra as Drogas” é promovida pelo Comitê Estadual de Prevenção às Drogas, formado pelo Ministério Público do Maranhão, Tribunal de Justiça do Maranhão, Câmara dos Deputados e Polícia Rodoviária Federal, com apoio do Governo do Maranhão, Federação dos Municípios do Maranhão e Polícia Federal.

Por meio da ação coordenada entre as instituições, o grupo objetiva desenvolver políticas públicas sobre combate e prevenção às drogas no Maranhão, incentivando a criação de fóruns, conselhos, serviços de prevenção, tratamento e acolhimento dos usuários. O público-alvo da campanha é de adolescentes e jovens de 12 a 29 anos. ●

“Na maioria dos júris que fazemos, os réus estão ali porque se envolveram de alguma forma com drogas. Por isso, é preciso captar recursos e mobilizar ações junto com a sociedade para reverter este quadro”

SANDRA FAGUNDES,
promotora de Justiça



Número de motoristas Uber estagnou após apreensões

De acordo com representantes da função em São Luís, a quantidade de solicitações de pessoas para se cadastrar no serviço é quase a mesma, depois que o Município passou a recolher os veículos

De Jesus



Interesse de motoristas pelo Uber está em baixa após apreensões

O número de motoristas Uber em São Luís apresentou estagnação após o início, há algumas semanas, das apreensões dos veículos que oferecem o serviço por meio do aplicativo na cidade. Segundo representantes da função na capital, apesar da queda no interesse, quem está cadastrado manterá determinação nacional da empresa e permanecerá circulando nas ruas e avenidas, apesar da promulgação de projeto de lei, aprovada pela Câmara, que restringe o Uber.

Somente na semana passada, de acordo com motoristas Uber, pelo menos 15 veículos cadastrados no aplicativo foram recolhidos pela Prefeitura de São Luís, por meio da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT). Até o fechamento desta edição, a SMTT não

confirmou a informação. Ontem (31), ainda segundo os motoristas do aplicativo, dois automóveis Uber foram apreendidos em frente a um shopping center, situado na Avenida São Luís Rei de França.

Ao ser recolhido, o veículo é encaminhado para o pátio da SMTT, cuja sede está situada no bairro Ipase. Lá, o motorista deverá pagar multa, avaliada inicialmente em R\$ 1.700,00 para conseguir a liberação do automóvel. Questionada sobre o saldo total de veículos apreendidos Uber, até o momento a Prefeitura não emitiu parecer.

A polêmica envolvendo o Uber começou no início deste ano, quando o serviço foi anunciado na capital maranhense. Desde então, mesmo com as proibições impostas pe-

ENTENDA O CASO

O Uber está ativo em São Luís desde fevereiro deste ano. No entanto, desde 2015, já havia um projeto de lei em tramitação na Câmara Municipal que versava sobre o tema, proibindo o serviço. A proposta chegou a ser apreciada e aprovada, pela Casa, e em 2016 foi encaminhada para sanção do prefeito de São Luís, Edivaldo Holanda Júnior (PDT). No entanto, o gestor não se manifestou sobre o assunto, e a matéria voltou para a apreciação legislativa. No dia 26 do mês passado, sob forte pressão de categorias como a dos taxistas, a Câmara aprovou a legislação, proibindo o serviço na capital maranhense. Um dia após a promulgação da Lei nº 429, uma Ação Popular foi protocolada na Justiça, requerendo a revogação da então lei aprovada que restringia o Uber. Segundo a Ação, o Uber é considerado um "sistema de transporte privado" e, portanto, respaldado pela legislação máxima de trânsito. O pedido foi encaminhado para a Vara de Interesses Difusos e Coletivos da capital e, no dia 3 deste mês, foi negado pelo juiz Manoel Matos de Araújo Chaves. Segundo o magistrado, a ação teria como base um pedido que poderia configurar como Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin).

lo poder público, a direção nacional do serviço manteve a posição de permitir a circulação dos veículos cadastrados em São Luís. Segundo a Comissão de Motoristas de Aplicativos na Ilha, atualmente existem 900 motoristas cadastrados pelo Uber e autorizados pela direção do aplicativo para rodar na cidade.

Em contrapartida, a Prefeitura de São Luís informou na semana passada, durante audiência entre o poder público e os motoristas

Uber (além dos taxistas) na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Maranhão, que intensificaria o trabalho de fiscalização dos veículos Uber.

Entre os locais preferidos para a apreensão dos veículos Uber na cidade estão a entrada dos shopping centers (em especial nas avenidas Daniel de La Touche e São Luís Rei de França), além do acesso ao Aeroporto Internacional Hugo da Cunha Machado. ●

BateRebate

AGENDA DA ESMAM

A agenda da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM) para a semana que vem está movimentada. Na segunda-feira (5) abre inscrições em quatro novos cursos previstos no calendário de 2017: Improbidade Administrativa e Treinamento Carpe Diem (juízes), Processo Judicial Eletrônico em Caxias e Formação de Conciliadores e Mediadores (servidores). Para se inscrever, basta acessar o sistema Tutor, na plataforma eletrônica Sentinela.

Também na segunda-feira (5), terá início o II Seminário Justiça e Meio Ambiente, no Fórum de São Luís (veja programação), promovido pelo Tribunal de Justiça e Ministério Público, com o apoio da Esmam.

Na quarta-feira (7), haverá lançamento do livro Estudos em Gestaõ Pública: Reflexões Interdisciplinares do Judiciário Maranhense – coletânea de artigos de servidores do Judiciário que concluíram a especialização em Gestão Pública ofertada pela escola judicial em parceria com a UFMA. A publicação foi organizada pelo desembargador Paulo Velten, diretor da Esmam.

Na sexta-feira (9), mais uma edição do Happy Hour Cultural aberto ao público. Desta vez, o juiz Manoel Aureliano Neto convida a todos para uma discussão descontraída sobre a obra A Revolução dos Bichos, de George Orwell. “Vamos analisar a proposta dessa obra sempre atual, que nos dá uma visão perene e pessimista da política, lugar onde os homens, às vezes, se comportam como feras”, adianta.

NaPista



BOM JARDIM

A pedido da Promotoria de Justiça de Bom Jardim, a Justiça decretou, em 30 de maio, a prisão preventiva de Betiene Bezerra Nunes, acusada de negligência e maus tratos a seus quatro filhos e à sua avó, que possuía um ferimento não tratado em um dos pés. A necrose do ferimento causou a morte da idosa. A decisão foi proferida atendendo pedido cautelar formulado junto à Denúncia oferecida, em 29 de maio, pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA). O pedido foi apresentado pelo promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira. Proferiu a decisão o juiz Raphael Leite Guedes. A Denúncia é baseada nas Notícias de Fato n°s 053-009/2016 e 054-009/2016 e em relatórios do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e do Conselho Tutelar de Bom Jardim (CT). Segundo os dois órgãos, Betiene não fornecia as condições mínimas de higiene e alimentação à avó dela. A ré também foi negligente com os filhos, de dez, sete, cinco e dois anos. A denunciada também impediu a entrada dos representantes dos órgãos de fiscalização em sua residência, além de insultar racialmente e ameaçar uma conselheira. A visita somente foi possível após intervenção policial. No local, não foram encontrados alimentos, fraldas geriátricas e curativos.

BateRebate

VACÂNCIA



O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE), desembargador Raimundo Barros, comunicou oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, a vacância do cargo de membro substituto, 'Categoria Desembargador', na Corte Eleitoral do Estado.

A vacância do cargo se deu em razão da posse do desembargador Ricardo Duailibe no cargo de corregedor do TRE, no dia 23 de fevereiro deste ano.

Na mesma data, ocorreu também a posse do desembargador Raimundo Barros na presidência da Corte Eleitoral, em decorrência do encerramento do biênio do desembargador Lourival Serejo, como membro efetivo, 'Categoria Desembargador'.

Barros já atuava no TRE desde dezembro de 2015 e ascendeu à Presidência sem eleição, após Duailibe anunciar que não tinha interesse em concorrer ao cargo, conforme regimento interno do Tribunal.

BASTIDORES

O magote do foro

Os políticos maranhenses com mandato, no usufruto penal do foro privilegiado e com processos criminais no Supremo Tribunal Federal, amanheceram ontem com os nervos à flor da pele com sessão que decidiria sobre o tema. POLÍTICA

BASTIDORES

Raimundo Borges
bastidores@oimparcial.com.br



O magote do foro

Os políticos maranhenses com mandato, no usufruto penal do foro privilegiado e com processos criminais no Supremo Tribunal Federal, amanheceram ontem com os nervos à flor da pele e atentos à sessão da Corte que decidiria sobre o tema, mas acabou sendo novamente adiada, com quatro votos a favor da restrição. Também ontem, o Senado aprovou uma PEC sobre o privilégio de foro, mas com algumas salvaguardas.

O ministro-relator Luís Roberto Barroso disse que, embora previsto na Constituição de 1988, nunca se pensou que fosse beneficiar uma legião de políticos, escorados no tempo (prescrição) e na morosidade da Justiça, irmã gêmea da impunidade. Revelou que 37 mil autoridades no Brasil têm direito a julgamento por instâncias superiores.

No embalo do tempo e das brechas na lei, o STF, guardião da Constituição, se viu abarrotado, e pelo menos 200 casos prescreveram. Do Maranhão, uma penca de políticos está encalacrada em processos no STF, mas, agora, mudando a regra, poderão responder no Tribunal de Justiça e ou na Justiça Federal de 1º ou 2º grau, pois depende do processo.

Está em julgamento a restrição ou não do foro privilegiado de autoridades apenas a eventuais crimes cometidos no exercício de seus mandatos. Ao menos seis dos onze ministros são favoráveis à restrição da regra. Paralelamente, os senadores fizeram mais um aceno à insatisfação popular com a classe política. Aprovaram, por unanimidade, uma PEC que prevê o fim da prerrogativa de foro privilegiado para julgamento de parlamentares e membros do Executivo. Faltam os do Judiciário.



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2017
PROCESSO Nº 5.225/2017

Objeto: Aquisição de Materiais de Expediente; **Abertura:** 19/06/2017 às 10:00h (horário de Brasília); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. S 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** (98) 3261-6181.

São Luís/MA, 31 de maio de 2017.

Thiago Chung de Farias - Pregoeiro do TJMA.



ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2017-SRP
PROCESSO Nº 19.964/2017

Objeto: Registro de preços para Contratação de empresa especializada no fornecimento de peças para o sistema de climatização tipo VRF (Variable Refrigerant Flow) instalado no Edifício do Fórum Desembargador Sarney Costa; **Nova Data de Abertura:** 14/06/2017 às 10:00h (horário de Brasília); **Local:** www.comprasgovernamentais.gov.br; **Justificativa:** Para cumprimento do prazo legal; **Informações:** Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; **E-mail:** colicitacao@tjma.jus.br. **Fone:** (98) 3261-6181.

São Luís/MA, 02 de junho de 2017.

Allyson Frank Gouveia Costa - **Pregoeiro TJMA.**

Acusada de maus tratos a familiares tem prisão decretada



Promotor de justiça de Bom Jardim denunciou Betiene Bezerra Nunes

Bom Jardim - A pedido da Promotoria de Justiça de Bom Jardim, a Justiça decretou, em 30 de maio, a prisão preventiva de Betiene Bezerra Nunes, acusada de negligência e maus tratos a seus quatro filhos e à sua avó, que possuía um ferimento não tratado em um dos pés. A necrose do ferimento causou a morte da idosa.

A decisão foi proferida atendendo pedido cautelar formulado junto à Denúncia oferecida, em 29 de maio, pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA). O pedido foi apresentado pelo promotor de justiça Fábio Santos de Olivei-

ra. Proferiu a decisão o juiz Raphael Leite Guedes.

Denúncia

A Denúncia é baseada nas Notícias de Fato nºs 053-009/2016 e 054-009/2016 e em relatórios do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e do Conselho Tutelar de Bom Jardim (CT).

Segundo os dois órgãos, Betiene não fornecia as condições mínimas de higiene e alimentação à avó dela. A ré também foi negligente com os filhos, de dez, sete, cinco e dois anos.

Fotos: Divulgação



Idosa tinha ferimento não tratado no pé. A necrose desse ferimento causou sua morte

A denunciada também impediu a entrada dos representantes dos órgãos de fiscalização em sua residência, além de insultar racialmente e ameaçar uma conselheira. A visita somente foi possível após intervenção policial. No local, não foram encontrados alimentos, fraldas geriátricas e curativos.

Crimes

MPMA denunciou Betiene Nunes pelos crimes previstos nos artigos 133 (abandono de incapaz), 121 (homicídio doloso praticado con-

tra a idosa), 331 (desacato contra Conselheiros Tutelares), 147 (ameaça) e 140 (utilização de elementos referentes à raça e cor, etnia, origem ou condição de pessoa idosa ou com deficiência), do Código Penal.

A manifestação ministerial também cita o artigo 236, do Estatuto da Criança e do Adolescente (embaraçar ação dos membros do Conselho Tutelar) e o artigo 20, da Lei 7716/89 (praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional). (CCOM-MPMA)

São Vicente Férrer

Justiça condena ex-prefeita por atos de improbidade administrativa

Em sentença assinada na última terça-feira, 30, o juiz Bruno Barbosa Pinheiro, titular da comarca de São Vicente Férrer, condena a ex-prefeita do Município, Maria Raimunda Araújo Sousa, por atos de improbidade administrativa praticados quando da gestão à frente da administração municipal. Entre as condenações à ex-gestora, a suspensão dos direitos políticos por cinco anos; multa de 20 vezes o valor da remuneração mensal quando prefeita de São Vicente Férrer e proibição de contratar com o Poder Público ou receber

benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócia majoritária, pelo prazo de três anos. A sentença foi proferida em Ação Civil Pública por Ato de Improbidade Administrativa movida pelo Ministério Público Estadual em desfavor da ex-prefeita. Na ação, o MPE cita o inquérito civil nº 001/2013, instaurado no âmbito da Promotoria de Justiça do Município (São Vicente Férrer) que constatou, entre outras condutas improbas atribuídas à ex-gestora, a

não realização de concurso público; manutenção de servidores em desacordo com a lei; utilização de critérios pessoais para contratação e exoneração de servidores; impedimento aos servidores concursados/estáveis de exercerem seus cargos, sem a instauração de procedimento administrativo; não pagamento regular dos salários dos servidores e prática de nepotismo na administração municipal. Em vista dos fatos, à época da ação (2013) o autor requereu o afastamento liminar da requerida e a exoneração dos parentes da mesma do quadro

da Prefeitura. Em contestação, a ré sustentou ter verificado, no início da gestão, a existência de servidores contratados e concursados que não trabalhavam, mas apenas recebiam salários, motivo pelo qual teriam sido exonerados. Ainda segundo a ex-prefeita, a gestão entendeu que a realização de concurso público no início do exercício do cargo seria uma medida demasiadamente complexa, razão pela qual somente no fim do primeiro mandato enviou à Câmara Municipal projeto de realização de concurso.

Informe JP

Vacância no TRE

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, desembargador Raimundo Barros, comunicou oficialmente ao presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha, a vacância do cargo de membro substituto, 'Categoria Desembargador', na Corte Eleitoral do Estado. A vacância se deu em razão da posse do desembargador Ricardo Duailibe no cargo de corregedor do TRE, em 23 de fevereiro passado.